

## O CONTEÚDO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA EXISTENTE NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DO BRASIL

RAIMUNDO AGNELO SOARES PESSOA\*

**Resumo:** Examinamos nesta pesquisa como aparece a temática história e cultura afro-brasileira na componente curricular História, existente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A Base, prevista nas principais leis que versam sobre a educação do Brasil, depois de ser aprovada será a base do conteúdo curricular de ensino dos níveis infantil, fundamental e médio, em todo o território nacional. Tencionamos, no presente estudo, investigar em que medida a história e cultura afro-brasileira assentada na BNCC converge ou diverge dos rumos apontados por leis e discussões historiográficas da área. A Base Nacional Comum Curricular, em fase de elaboração pelo governo federal, se encontra na segunda versão. As duas versões da BNCC — “versão preliminar” e “2ª versão” - apresentam perspectivas curriculares diferentes entre si. O resultado do estudo da temática história e afro-brasileira da componente curricular História existente na Base tangencia, pelo menos, para duas direções distintas. Primeiro, os conteúdos históricos, em questão, presentes nas duas versões da componente História não são convergentes entre si; segundo, ao considerarmos os problemas levantados pela historiografia brasileira sobre essa temática, os referidos conteúdos históricos da BNCC também não se alinham com essa perspectiva historiográfica contemporânea.

### Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), depois que for aprovada, fornecerá o principal conteúdo curricular da educação básica brasileira. No presente estudo investigamos a temática história e cultura afro-brasileira contida na BNCC, tentando entender que tratamento tal conteúdo tem recebido nas versões da Base em discussão. Para isso, analisamos as duas versões propostas da componente curricular História contidas na “versão preliminar” e “2ª versão” da BNCC, divulgadas pelo Ministério da Educação.

A exigência legal para a existência de uma base curricular comum em nível nacional figura na Constituição Federal de 1988, artigo 210, e nas principais leis brasileiras da

---

\* Professor do Curso de História da UFG/Jataí.

área educacional, dentre outras; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394/96, artigo 26, e no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005/2014, metas 2, 3 e 7, estratégias 2.2, 3.3 e 7.1. (BNCC, 2016; BRASIL, 2004).

A confecção da BNCC, “versão preliminar”, teve início com uma Comissão de Assesores e Especialistas, com representantes dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A Comissão foi composta de professores universitários, docentes da Educação Básica e técnicos de secretarias de educação; esses dois últimos indicados, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e pela União de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). (BNCC, 2016).

A consulta pública disponibilizada pela Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação (SEB/MEC) em sítio na Internet – Portal da Base – recebeu contribuições entre setembro de 2015 e março de 2016. Mediante cadastro prévio, como indivíduo, organização ou escola, podia-se contribuir enviando sugestões. Os números dessa consulta são consideráveis: 305.569 indivíduos; 4.298 organizações e 45.049 escolas se cadastraram. Mais de 12 milhões de contribuições/sugestões foram postadas no sítio da BNCC. (BNCC, 2016).

O Ministério da Educação (MEC), através da Diretoria de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica (DICEI-SEB), promoveu e participou de reuniões, seminários e fóruns em escolas, universidades, sindicatos, e outros espaços públicos de discussão. Secretarias estaduais de educação, secretarias municipais de educação, universidades públicas, universidades privadas, fóruns de educação, organizações científicas e acadêmicas, sindicatos, e outros atores envolvidos com Educação Básica, também fizeram reuniões, seminários, debates, etc., em todo o Brasil.

Além das contribuições via Portal da Base, o MEC solicitou ainda relatórios analíticos e pareceres críticos de associações científicas e de professores pesquisadores de universidades do Brasil. (BNCC, 2016). O resultado dessa consulta pública foi analisado por equipes de pesquisadores da Universidade Federal de Brasília e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro que gerou relatórios. A Comissão, mediante tais relatórios elaborou a “2ª versão” da BNCC. (BNCC, 2016).

As concepções de História, em geral, existentes nessas versões da BNCC são distintas entre si e suscitam questionamentos imprescindíveis para que se possa chegar a um consenso acerca de qual conteúdo curricular se assentará para essa disciplina da Educação Básica.

No Brasil, a despeito de a Constituição de 1988, no seu artigo 24, inciso IX, afirmar que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, na prática o que se verifica é a preponderância de normatizações sobre educação procedente da União; isso explica o apelo de uma base curricular de abrangência nacional, mesmo considerando que todos os estados da federação, de alguma forma, já possuem suas próprias bases curriculares.

O Brasil se compreende, historicamente, como o resultado do arranjo de três influências culturais: europeia, ameríndia e africana (história tradicional quadripartida e eurocêntrica: antiga, medieval, moderna e contemporânea); nesta ordem.

A “versão preliminar” da BNCC propôs outra forma de compreensão da história, qual seja: ameríndia, africana e europeia (história pessoal, local, regional, nacional, americana, africana, europeia e mundial). Após a consulta pública veio a lume, em abril de 2016, a “2ª versão” da BNCC. Nessa nova versão aquela perspectiva de história existente na “versão preliminar” foi abandonada e recobrou-se aqui a história quadripartida e eurocêntrica, acrescida, timidamente, de relances, efetivamente novos, de histórias ameríndia e africana.

### **Estrutura didática da componente História nas versões da BNCC**

A estruturação (divisão) dos objetivos da componente curricular História na “versão preliminar” compreendem-se em: “Procedimentos de pesquisa”, “Representações do tempo”, “Categorias, noções e conceitos” e “Dimensões político-cidadã”; quadro 1 abaixo.

<b>QUADRO 1   Quantidade de objetivos por anos e eixo. BNCC – “versão preliminar”</b>				
<b>Anos/nível</b>	<b>Procedimentos de pesquisa</b>	<b>Representações do tempo</b>	<b>Categorias, noções e conceitos</b>	<b>Dimensão político-cidadã</b>
1º EF-AI <sup>1</sup>	02	03	03	04

<sup>1</sup> EF-AI significa Ensino Fundamental Anos Iniciais.

<b>QUADRO 1   Quantidade de objetivos por anos e eixo. BNCC – “versão preliminar”</b>				
<b>Anos/nível</b>	<b>Procedimentos de pesquisa</b>	<b>Representações do tempo</b>	<b>Categorias, noções e conceitos</b>	<b>Dimensão político-cidadã</b>
2º EF-AI	02	02	02	03
3º EF-AI	04	02	02	04
4º EF-AI	04	03	02	04
5º EF-AI	04	03	03	05
6º EF-AF <sup>2</sup>	04	03	06	03
7º EF-AF	03	01	10	03
8º EF-AF	04	07	12	04
9º EF-AF	04	04	09	05
1º EM <sup>3</sup>	03	03	05	05
2º EM	04	02	11	04
3º EM	03	02	08	06
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>35</b>	<b>73</b>	<b>50</b>

Quando se estuda ou ensina História, em qualquer nível ou ciclo de ensino, os aspectos pesquisa, categoria, noção, conceito e formação cidadã sempre estão presentes; quer os professores e/ou estudantes estejam conscientes disso, ou não; tal divisão era pouco defensável. Não é por acaso que a 2ª versão da Base Nacional Comum Curricular, (BNCC), por exemplo, reduziu essas seções pela metade; duas: “Conhecimentos Históricos” e “Linguagem e procedimentos de pesquisa”. (BNCC, 2016).

A BNCC, 2ª versão, quadro 2, assim dispõe os objetivos de aprendizagem. A divisão dos objetivos em dois eixos, certamente, é um avanço sobre a “versão preliminar”, contudo, o leitor/professor não se sente totalmente confortável para afirmar que tal divisão eliminou todas as dúvidas da BNCC existentes na “versão preliminar”. Os conteúdos desses objetivos, depois que Base for aprovada, serão manipulados mediante ações didáticas e pedagógicas. Esses aspectos, depois das questões epistemológicas da disciplina história, se apresentam como de primeira ordem; e nesse quesito as duas versões da BNCC não oferece muito conforto ao professorado.

**QUADRO 2 | Quantidade de objetivos por anos e categorias. BNCC 2ª versão**

<sup>2</sup> EF-AI significa Ensino Fundamental Anos Finais.

<sup>3</sup> EM significa Ensino Médio.

O conteúdo de “Dimensões político-cidadã”, em si, tinha algo de inovador, a despeito da timidez dos temas tratados, e de certos “traços sociológicos”, isto é, traços a-históricos; certamente esses poderiam ter ido muito além da proposta; ousado mais. Faltou nas Dimensões, por exemplo, um conteúdo consciente e indispensável, que descrevesse, em detalhes, a estrutura, o funcionamento, as possibilidades e os limites das ações e instituições do estado

Anos/nível	Conhecimentos Históricos	Linguagem e procedimentos de pesquisa
1º EF-AI <sup>4</sup>	12	08
2º EF-AI	09	06
3º EF-AI	14	10
4º EF-AI	12	08
5º EF-AI	14	06
6º EF-AF <sup>5</sup>	26	05
7º EF-AF	20	11
8º EF-AF	21	10
9º EF-AF	20	09
1º EM <sup>6</sup>	13	03
2º EM	09	05
3º EM	13	05
<b>Total</b>	<b>183</b>	<b>86</b>

brasileiro, nas épocas, colonial, império, e prioritariamente, republicano (executivo, legislativo e judiciário - união, estados, DF e municípios), bem como, as possibilidades e os limites da promoção e fortalecimento da cidadania no estado brasileiro contemporâneo.

A proposta curricular de História da BNCC, “versão preliminar”, aparentemente, tentava superar a história quadripartida, eurocêntrica e cronológica (“história ocidental”). Essa “história ocidental”, como se sabe, não é obra do acaso, ela é fruto de uma concepção de história. O que se questiona sobre a proposta de história da BNCC, “versão preliminar”, é, exatamente, qual é a nova concepção de história em tal estruturação, bem como o porquê da seleção daqueles conteúdos.

Por exemplo, enquanto nos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental se verifica certa lógica de conteúdo e estruturação de procedimento de pesquisa, nos quatro anos finais desse nível de ensino há um nítido insucesso nessa tentativa de superar a “história ocidental”. O resultado desse insucesso é um amontoado de conteúdo sem uma lógica consistente de organização. O insucesso dos anos finais do Ensino Fundamental se repete em todos os anos do Ensino Médio. Na nossa avaliação esses insucessos ocorreram pelo abandono da “história ocidental” e pela ausência de outra concepção de história consistente

<sup>4</sup> EF-AI significa Ensino Fundamental Anos Iniciais.

<sup>5</sup> EF-AI significa Ensino Fundamental Anos Finais.

<sup>6</sup> EM significa Ensino Médio.

que a substitua. Em síntese, a proposta da componente curricular história da BNCC, “versão preliminar”, por falta de uma concepção alternativa e clara de história, resultou, em grande medida, em um amontoado de conteúdos históricos e sociológicos, com fracos traços organizacionais, e sem uma lógica ou progressão temática e conceitual. É incompreensível o porquê da seleção de certos conteúdos, bem como a sua distribuição em certos anos ao longo dos semestres da educação básica. A 2ª versão da BNCC, considerando estritamente o conteúdo a partir de uma certa perspectiva de História, corrigiu boa parte das fragilidades da “versão preliminar” apontadas acima. Mas sobre a temática história e cultura afro-brasileira o que há de novo na 2ª versão da Base?

### **A temática história e cultura afro-brasileira nas versões da BNCC**

Tomando a lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares do Brasil, como ponto de orientação, dividimos a temática em estudo, em quatro categorias; (1) história e cultura da África, (2) história e cultura afro-brasileira, (3) escravos, negros e afro-brasileiros como agente da história, e (4) processos históricos.

Antes de reproduzirmos os objetivos de aprendizagem assentados nas duas versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre a questão afro-brasileira, parece útil, descrever, mesmo que rapidamente, como estamos entendendo as categorias estabelecidas acima. Por “história e cultura da África” está se entendendo aquele conteúdo histórico versando sobre o continente africano sem relação direta com a história do Brasil. “História e cultura afro-brasileira”, por sua vez, recai sobre aqueles conteúdos de história do Brasil com nítida orientação de valorizar as contribuições culturais do homem africano, trazido ao Brasil como trabalhador escravo, bem como, as contribuições dos seus descendentes. “Escravos, negros e afro-brasileiros como agente da história”, como o próprio título sugere, conformam os conteúdos curriculares que coloca o negro (escravo ou livre), e seus descendentes, como partícipes ativos da história do Brasil. E por último, “processos históricos” circunscreve os conteúdos históricos da temática afro-brasileira em que não se identifica agente humanos, mas apenas narrativas dos eventos históricos. De certa forma, o

próprio acontecimento histórico é tomado como sujeito da narrativa. Esse tipo de construção da história, voluntário ou involuntariamente, oculta ou minimiza a presença humana nos feitos históricos; postura historiográfica da qual discordamos.

#### História e cultura da África na BNCC, “versão preliminar”:

CHHI1MOA004 - Aprofundar as noções de diferentes temporalidades em sociedades africanas e ameríndias, relacionando diversas formas de percepção e de contagem do tempo, especialmente em relação às europeias. (BNCC, 2015, p. 260).

CHHI1MOA007 - Reconhecer a África como o espaço de origem dos deslocamentos de populações que vieram a constituir uma das matrizes de formação da sociedade brasileira, interpretando essa formação como um processo ocorrido ao longo dos séculos XVI e XIX. (BNCC, 2015, p. 260).

CHHI1MOA008 - Analisar a pluralidade de concepções históricas e cosmológicas de povos africanos, europeus e indígenas relacionadas a memórias, mitologias, tradições orais e a outras formas de conhecimento e de transmissão de conhecimento. (BNCC, 2015, p. 260).

CHHI1MOA009 - Contextualizar processos históricos de surgimento das diversas sociedades étnicas nos continentes africano e americano, em reinos, impérios, confederações e civilizações, nas Áfricas e nas Américas, reconhecendo relações de convivência, conflitos e interações com o meio dessas sociedades. (BNCC, 2015, p. 260).

CHHI1MOA010 - Interpretar criticamente os processos de colonização, de partilha e de descolonização das Áfricas e o Pan-Africanismo, entre os séculos XIX e XXI. (BNCC, 2015, p. 260).

CHHI8FOA099 - Conhecer e compreender o contexto econômico de Portugal, às vésperas da Conquista, por meio do estudo das investidas portuguesas pelo Atlântico e sua incursão pela costa da África. (BNCC, 2015, p. 254).

CHHI8FOA100 - Conhecer e compreender o contexto político da África subsaariana, às vésperas da Conquista, por meio do estudo da diversidade de povos, da formação de estados, como o Reino de Mali, e do lugar da Escravidão entre as sociedades africanas. (BNCC, 2015, p. 255).

#### História e cultura da África na 2ª versão da BNCC:

(EF05HI08) - Conhecer as primeiras civilizações na Ásia e na África (a Mesopotâmia, a Pérsia, o Egito faraônico, os povos núbios e hebreus). (BNCC, 2016, p. 303).

(EF07HI09) - Conhecer as formas de organização social e política do continente africano na época moderna. (BNCC, 2016, p. 464).

(EF07HI25) - Identificar aspectos da história dos reinos africanos durante o tráfico “negreiro”. (BNCC, 2016, p. 474).



(EF09HI13) - Estabelecer a relação entre imperialismo e corrida imperialista dos Estados europeus, que resultou na política neocolonialista na Ásia e África. (BNCC, 2016, p. 467).

(EF09HI26) - Analisar os efeitos devastadores do imperialismo europeu sobre os países da África e da Ásia. (BNCC, 2016, p. 475).

(EM22CH01) - Identificar as singularidades dos sistemas coloniais de África e Ásia. (BNCC, 2016, p. 642).

(EM22CH02) - Analisar os aspectos fundamentais dos processos de independência na África e na Ásia. (BNCC, 2016, p. 642).

(EM22CH03) - Reconhecer o processo de formação dos Estados africanos. (BNCC, 2016, p. 642).

(EM22CH04) - Identificar os principais aspectos dos conflitos étnicos nos países africanos, com ênfase no apartheid na África do Sul. (BNCC, 2016, p. 642).

A história e cultura da África que figuram nos textos da BNCC, que na “versão preliminar”, ocorrem em sete objetivos, e na 2ª versão, aparecem em oito, nos apresenta uma África bastante peculiar, pois em ambas versões, não é possível perceber as singularidades do continente, tanto em aspectos geográficos quanto temporalmente. Antes de se falar de qualquer aspecto da África, e nos darmos por satisfeitos, é preciso questionar que saberes, geográficos e temporalmente, daquele continente, são significativos para a história do Brasil. Nesse sentido, a 2ª versão da BNCC se apresenta um pouco mais adequada.

#### História e cultura afro-brasileira na “versão preliminar” da BNCC:

CHHI1MOA001 - Utilizar criativa e criticamente diferentes fontes históricas para construir conhecimentos sobre as culturas africanas, afro-brasileiras, ameríndias e europeias. (BNCC, 2015, p. 259).

CHHI1MOA005 - Refletir, discutir e posicionar-se sobre os sentidos, os significados e as representações de datas comemorativas alusivas às presenças ameríndias, africanas, afro-brasileiras e europeias no Brasil e no mundo. (BNCC, 2015, p. 260).

CHHI1MOA011 - Conceituar a Afro-América e/ou o espaço Afro-Atlântico, compreendendo sua formação a partir do século XVI, relacionando-a à colonização europeia. (BNCC, 2015, p. 260).

CHHI1MOA012 - Avaliar as relações África-Brasil em suas diferentes dimensões: do comércio transatlântico de pessoas, das culturas material e imaterial, do desenvolvimento econômico do Brasil, da polissemia religiosa, dos processos de negociação e de resistência e da dinâmica política nacional, sobretudo entre os séculos XVI e XIX. (BNCC, 2015, p. 260).

CHHI1MOA015 - Respeitar e promover o respeito às presenças ameríndias, afro-brasileiras e de outras etnias locais (região, estado e município), analisando e criticando as concepções raciais e suas influências na formação brasileira. (BNCC, 2015, p. 261).



CHHI1MOA016 - Valorizar e promover o respeito às culturas africanas, afro-americanas (povos negros das Américas Central e do Sul) e afro-brasileiras, percebendo os diferentes sentidos, significados e representações de ser africano e de ser afro-brasileiro. (BNCC, 2015, p. 261).

#### História e cultura afro-brasileira na 2ª versão da BNCC:

(EF03HI18) - Comparar pontos de vista em relação à cidade em que vive, considerando aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos e culturas, em especial culturas africanas, indígenas, e de migrantes. (BNCC, 2016, p. 307).

(EF04HI17) - Refletir sobre as diferentes formas de contribuição dos negros africanos e dos indígenas na formação da cultura brasileira a partir da análise de diferentes fontes documentais: fotos, artefatos, documentos, obras literárias, dentre outras possibilidades. (BNCC, 2016, p. 307).

(EF05HI20) - Refletir sobre as diferentes formas de contribuição das culturas indígenas e africanas na formação da cultura brasileira. (BNCC, 2016, p. 309).

A história e cultura afro-brasileira presente nas duas versões da BNCC, de qualquer perspectiva que avalie, estão muito longe do refletir a presença do homem africano nas terras brasileiras desde os primeiros tempos da época colonial. Mais lastimável é que a 2ª versão reduziu ainda mais a narrativa da contribuição negra para a formação do Brasil. Essa negação ou ausência da história e cultura negra na compreensão histórica do Brasil, fomenta e legitima a existência de brasis que não se reconciliam. Além disso, essas versões da BNCC pouco consideram as contribuições da historiografia dessa temática; como veremos no final deste texto.

#### Escravos, negros e afro-brasileiros como agente da história na “versão preliminar” da BNCC:

CHHI1MOA013 - Valorizar o protagonismo de ameríndios, africanos, afro-brasileiros e imigrantes, em diferentes eventos da História do Brasil. (BNCC, 2015, p. 261).

CHHI1MOA014 - Interpretar os movimentos sociais negros e quilombolas no Brasil contemporâneo, estabelecendo relações entre esses movimentos e as trajetórias históricas dessas populações, do século XIX ao século XXI. (BNCC, 2015, p. 261).

CHHI7FOA081 - Reconhecer o protagonismo de sujeitos e de grupos históricos no processo de formação do povo brasileiro, em eventos como a Conquista (XVI), os deslocamentos forçados de africanos (XVII-XIX), a migração de europeus e asiáticos (XIX - XX) e migrações internas (XIX - XXI). (BNCC, 2015, p. 252).

CHHI7FOA088 - Conhecer os processos de resistência à Escravidão protagonizados por indígenas, africanos e negros escravizados, tais como o Quilombo dos Palmares (séculos XVI e XVII) e a Revolta dos Manaó (século XVIII). (BNCC, 2015, p. 253).

CHHI7FOA089 - Conhecer e compreender os sentidos, os significados e as representações do movimento abolicionista no Brasil (século XIX), verificando-se motivações e consequências do 13 de maio para a população negra e a formação do movimento negro. (BNCC, 2015, p. 253).

CHHI9FOA139 - Conhecer e compreender o Constituinte de 1988 como resultado de demandas da sociedade civil organizada, por meio do estudo do Movimento Negro, dos Movimentos Indígenas, de movimentos de mulheres e de movimentos de ampliação dos direitos de crianças e adolescentes. (BNCC, 2015, p. 258).

Escravos, negros e afro-brasileiros como agente da história na BNCC, 2ª versão:

(EF07HI11) - Conhecer as diferentes formas de escravidão nas Américas e as estratégias de luta dos escravos pela liberdade. (BNCC, 2016, p. 466).

(EF07HI29) - Identificar, em obras artísticas e em documentos diversos, as diferentes formas de resistência à escravidão, analisando diferentes narrativas e perspectivas sobre esse processo. (BNCC, 2016, p. 476).

Como relação aos escravos, negros e afro-brasileiros como agente da história, a situação tende a ser mais dramática. No geral, dá-se pouca importância aos feitos dos negros e seus descendentes. A 2ª versão da BNCC praticamente eliminou qualquer protagonismo dos negros na narrativa histórica do Brasil. Tais posicionamentos, como visto nas versões da BNCC, estão indo na contramão da ideia de valorizar, igualmente, as matrizes culturais que contribuíram para a formação do nosso país.

Processos históricos BNCC, “versão preliminar”:

CHHI7FOA087 - Conhecer e compreender os sentidos, os significados e as representações da escravidão no Brasil (séculos XVI-XIX), no espaço urbano, relacionando-a às diferentes atividades econômicas e às diversas relações de poder, por meio do estudo das formas de trabalho e de sociabilidades presentes nas cidades brasileiras. (BNCC, 2015, p. 253).

CHHI7FOA084 - Reconhecer os diferentes processos de escravidão ocorridos no Brasil - Escravidão de Africanos e Escravidão de indígenas - relacionando-os à formação política, econômica, cultural e social das diferentes regiões do Brasil. (BNCC, 2015, p. 253).

CHHI7FOA086 - Conhecer o papel da Escravidão de africanos e indígenas no Estado do Grão-Pará e Maranhão, relacionando-o às formas de exploração econômica e às relações políticas construídas, por meio do estudo da economia extrativa, entre os séculos XVII e XVIII. (BNCC, 2015, p. 253).

CHHI1MOA003 - Comunicar, por meio de múltiplas linguagens, tais como a musical, dramática e telemática, resultados de pesquisas sobre processos históricos relacionados à colonização do Brasil e aos mundos ameríndios, africanos, afro-brasileiros e europeus a partir do século XVI. (BNCC, 2015, p. 259).

CHHI1MOA023 - Relacionar a diversidade dos povos americanos ao desdobramento de diásporas diversas tais como africana, indígena, asiática e europeia, entre os séculos XVI e XXI. (BNCC, 2015, p. 262).

CHHI7FOA093 - Reconhecer diferentes concepções e condições de vida de povos indígenas, colonizadores e migrantes europeus, povos africanos e afro-brasileiros, relacionando-as às diversas formas de organização da vida e do trabalho, dos valores e necessidades de cada grupo, desnaturalizando preconceitos e estereótipos. (BNCC, 2015, p. 254).

CHHI7FOA094 - Identificar, problematizar e emitir opiniões sobre as causas da exclusão social de migrantes de diferentes procedências, povos indígenas e afro-brasileiros, no tempo presente. (BNCC, 2015, p. 254).

CHHI8FOA102 - Conhecer e compreender a colonização portuguesa na América como um processo de disputas, tensões, conflitos e negociações, por meio do estudo das relações entre a metrópole e as colônias, das relações mantidas pelos colonos com os povos africanos e povos indígenas e das relações entre as diversas colônias no território americano, tais como as colônias de São Vicente, Salvador, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão. (BNCC, 2015, p. 255).

CHHI8FOA109 - Compreender o comércio de escravos africanos como construção do tempo, relacionando-o aos interesses das elites africanas, americanas e portuguesas. (BNCC, 2015, p. 255).

CHHI8FOA115 - Reconhecer a especificidade do pensamento liberal no Brasil, por meio do estudo das contradições que demarcaram sua trajetória no Brasil Independente, tais como a manutenção da Escravidão e a restrição dos direitos civis a uma parte da população. (BNCC, 2015, p. 256).

CHHI8FOA116 - Reconhecer nexos entre o processo de reordenamento da mão de obra no Império e as transformações ocorridas na economia internacional, por meio do estudo do fim do comércio atlântico de escravos. (BNCC, 2015, p. 256).

#### Processos históricos na 2ª versão da BNCC:

(EF07HI08) - Analisar as relações de trabalho impostas às populações indígenas e a introdução da escravidão de origem africana nas Américas. (BNCC, 2016, p. 464).

(EF07HI10) - Identificar as condições do comércio de escravos na África e o desenvolvimento do tráfico transatlântico. (BNCC, 2016, p. 464).

(EF07HI17) - Inferir, a partir de fontes diversas, motivações e desdobramentos de conflitos entre poderes locais e central no Brasil, relacionados aos europeus, indígenas e negros, expressos em movimentos, tais como Confederação dos Tamoios (1556-1567), Levantes dos Tupinambás (1617-1621), Revolta de Beckman (1684), formação do Quilombo dos Palmares (século XVII). (BNCC, 2016, p. 468).

(EF07HI26) - Identificar fontes de diferentes naturezas para obter informações sobre a escravidão nas Américas. (BNCC, 2016, p. 474).

(EF07HI28) - Pesquisar diferentes fontes sobre a escravidão nas Américas, analisando diferentes pontos e vista sobre o fato. (BNCC, 2016, p. 474).

(EF07HI31) - Conhecer e compreender a importância de outras Ciências, tais como a Arqueologia, a Geografia, a Antropologia e a Linguística no conhecimento do passado das populações indígenas e africanas para a história brasileira. (BNCC, 2016, p. 476).

(EF08HI03) - Analisar as consequências sociais e políticas da permanência da escravidão ao longo do Império. (BNCC, 2016, p. 463).

(EF08HI09) - Identificar as razões e os efeitos do fim do Tráfico de Escravos em 1850. (BNCC, 2016, p. 465).

(EF08HI12) - Analisar os diversos impactos sociais, econômicos e políticos da Abolição da Escravidão. (BNCC, 2016, p. 467).

(EF08HI26) - Formular questionamentos sobre o legado do latifúndio e da escravidão. (BNCC, 2016, p. 475).

(EF08HI28) - Relacionar a história brasileira aos processos contemporâneos de reconhecimento dos direitos das populações indígenas e quilombolas. (BNCC, 2016, p. 475).

(EM23CH02) - Analisar a relação entre a formação da produção baseada na “força de trabalho livre” e processo de exclusão dos negros na ordem social e econômica brasileira. (BNCC, 2016, p. 644).

(EM23CH13) - Analisar a importância dos direitos sociais relacionados às minorias na “Carta cidadã” de 1988 (os direitos dos trabalhadores, das mulheres, das crianças, dos negros e índios, e dos quilombolas). (BNCC, 2016, p. 645).

(EM23CH16) - Relacionar a história brasileira aos processos contemporâneos de conquista de direitos dos trabalhadores, das mulheres, dos negros e das populações indígenas. (BNCC, 2016, p. 645).

(EM23CH18) - Articular a história brasileira aos processos contemporâneos relacionados à conquista de direitos dos trabalhadores, dos negros, das populações indígenas, das mulheres e das minorias sexuais. (BNCC, 2016, p. 645).

Os processos históricos, isto é, o conjunto do feitos e eventos históricos dos homens em dado momento e espaço geográfico, é, por excelência, o núcleo duro que significa escrever a história como regras científicas. Porém, depois do *Marxismo* e dos *Annales*, para citar apenas duas escolas históricas, escrever a história dando protagonismo apenas aos *grandes homens* e aos fatos históricos em si, é posicionamento incompatível com as regras contemporâneas da escrita da história. Eliminar outros sujeitos da narrativa histórica contemporânea não pode ser justificado sob o manto da imparcialidade científica; tais omissões são muito menos nobres. (BOTTOMORE, 2001; BURKE, 2003; BOURDÉ, G. MARTIN, H., 2003).

Apesar disso, como vemos, o maior peso, o maior percentual de objetivos de aprendizagem da temática história e cultura afro-brasileira recai sobre os processos históricos. No total, são onze ocorrências na “versão preliminar”, e quinze na 2ª versão da BNCC. Para citar um caso dessas questões: expressões com o prefixo *afro* foram eliminadas da componente História na 2ª versão da BNCC.

### **Considerações finais**

Pois bem, com é de conhecimento público, a lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos

estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares do Brasil, destaca a disciplina História como componente especial para trabalhar esse conteúdo.

Ainda tomando a referida lei como ponto de partida, assim se assenta os parâmetros gerais do conteúdo curricular sobre a temática em questão: “História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”.

Na perspectiva desta investigação, a questão *afro-brasileira* presente na componente curricular História da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) carece de tratamento mais condizente com as demandas sociais sobre a temática em questão. (ALBERTI, 2007; BRASIL, 2004; BRASIL, 2004b). O Brasil precisa assumir, definitivamente, que é um país multiétnico e permitir que todos os brasileiros tenham reais oportunidades de desenvolver suas capacidades humanas valorizadas pela sociedade. (BRASIL, 2004; BRASIL, 2004B). E isso só consegue estimando, reconhecendo e fomentado o que as pessoas têm de mais nobre. As discriminações, das mais variadas naturezas, que se verifica cotidianamente em todo território nacional acerca dos negros, adia indefinidamente o ideal de uma sociedade fraterna, justa, solidária, e com paz social.

As contribuições econômica e cultural dos negros para com o Brasil, desde os tempos coloniais, as privações que eles têm sofridos, ao longo dos séculos, bem como suas lutas e resistências devem ser consideradas, entendidas, compreendidas e reconhecidas. (DOMINGUES, 2007; ALBERTI, 2007). O mesmo pode-se afirmar sobre os saberes sobre a África.

As ponderações do parágrafo acima, de certo modo, já foram examinadas pela historiografia brasileira sobre a temática. (BRASIL, 2014; PEREIRA, 2010; PEREIRA, 2010b; SOUZA, 2012). A seu modo, essa literatura de área, já deu importantes passos para superar essas barreiras; certamente, há ainda muito caminho a percorrer. (ANDERSON, 2007; BRASIL, 2014; ZAMPARONI, 2007). A BNCC precisa considerar essa produção historiográfica. Os anseios da população negra, os marcos legais, a começar pelo disposto na Carta Magna de 1988, devem fundamentar quais objetivos de aprendizagem de história e cultura afro-brasileira serão assentados na versão final da BNCC.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. (Org.). *Histórias do movimento negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV 2007.

BOTTOMORE, Tom (ed.) *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDÉ, G. MARTIN, H. *As Escolas Históricas*. 2. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília/DF, SEPPPIR, 2004.

BRASIL. Constituição de 1988 – *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. [Consulta realizada em 02/05/2016].

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. [Consulta realizada em 02/05/2016].

BRASIL. Ministério da Educação – *Base Nacional Comum Curricular*. Versão preliminar. Brasília. 2015. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>>. [Consulta realizada em 06/05/2016].

BRASIL. Ministério da Educação – *Base Nacional Comum Curricular*. 2ª versão. Brasília. 2016. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=40791-bncc-proposta-preliminar-segunda-versao-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=40791-bncc-proposta-preliminar-segunda-versao-pdf&Itemid=30192)>. [Consulta realizada em 02/05/2016].

BRASIL. Ministério da Educação – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394/1996. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. [Consulta realizada em 06/05/2016].

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CP, n. 003/2004*, de 10 de março de 2004b. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. [Consulta realizada em 02/08/2016].



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil*. Brasília: MEC/SECADI, UFSCar, 2014.

BRASIL. PNE – *Plano Nacional de Educação*. Lei n. 13.005/2014. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. [Consulta realizada em 02/05/2016].

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales - 1929-1989*. São Paulo: UNESP, 2003.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, Niterói-RJ, v. 12, n. 23, p.100-122, 2007.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da história da África no mundo atlântico (1990-2005)*. 2007. Tese (Doutorado em História), UnB, Brasília. 2007.

PEREIRA, Amilcar A. *O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. 2010. Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.2010.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. O ensino e a pesquisa sobre África no Brasil e a lei 10639. *Revista África e Africanidades*, São Paulo, ano 3, n. 11, nov. 2010b. Disponível em: <[http://www.africaeaficanidades.com/documentos/01112010\\_16.pdf](http://www.africaeaficanidades.com/documentos/01112010_16.pdf)>. [Consulta realizada em 01/08/2016].

SOUZA, Marina de Mello e. Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África. *Revista História Hoje*, Florianópolis, v. 1, n 1, p. 17-28, 2012. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/3/7>>. [Consulta realizada em 02/08/2016].

ZAMPARONI, Valdemir. A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 46-49, abril/jun., 2007.